

Morar Indígena: Uma Experiência extensionista na Universidade Federal de Minas Gerais

Indigenous Habitat: An extensionist experience in Federal University of Minas Gerais

Artur Borges Lisboa (artur.lisboa@gmail.com)
Maria Soalheiro (maria.moura.mms@gmail.com)
Wilson André Camargo Hirle (andrewilsonhirle@gmail.com)

Prof. Frederico Canuto (fredcanuto@gmail.com)
Profa. Juliana Torres de Miranda (jutorres.miranda@gmail.com)
Profa. Marcela Silviano Brandão (marcelasbl@gmail.com)
Prof. Marcos Felipe Sudré Saidler (sudresaidler@gmail.com)

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Resumo

O presente trabalho vem apresentar a experiência extensionista do programa de extensão Morar Indígena em curso dentro da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais desde 2014. O objetivo é colocar em discussão seus percalços e horizontes de trabalho a partir do momento em que houve um redirecionamento de suas atividades para junto de grupos já atuantes relacionados a causa indígena.

Palavras-chave: Índios; habitar; Narrativas, Artesanias; Arquitetura e Urbanismo

Introdução

São vários os índios. Mas apesar dos vários estudos antropológicos e etnográficos relacionados à especificidade da vida indígena, advindos tanto da Europa como de países da América Latina, isso não significa que tal diversidade apareça de fato. Há muitos estudos sobre etnias isoladas na Amazônia, mas proporcionalmente pouco se fala sobre outras etnias não isoladas e não amazônicas, que há muito sofrem influência com o contato do homem branco. Se, como coloca o antropólogo carioca Eduardo Viveiros de Castro no seu texto "No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é" (SZTUTMAN, 2008), a identidade indígena - entendida não como reificação de si, mas produção de alteridades pelo encontro com a diferença - só pode ser reconhecida se tal re-conhecimento vier amparado pela coletividade indígena já existente, saber ver as diversidades de índios - assim como do que significa ser índio, em contato com o branco inclusive - amplia não apenas o estatuto do índio, mas

também seu significado cultural. Isso pode até mesmo fazer, do Brasil, um país de índios, como provocativamente afirma o autor. E se ser índio implica não apenas traços étnicos, mas um modo de viver, como também afirma Viveiros de Castro nesse mesmo texto e em outros, saber conhecer e reconhecer modos de vida e cosmologias praticadas - que só podem ser expostas no cotidiano espacialmente vivido e conflituoso urbano - torna-se tarefa primordial e central para a própria sobrevivência dos índios.

Tais encontros e produções de si - elaboradas pelos indígenas e não mediadas, estudadas ou visíveis por estarem em áreas de pouca visibilidade midiática e mesmo acadêmica fora da Amazônia - transformam-se em invisíveis conflitos por terra, lutas por recursos naturais e, principalmente, desaparecimento das idiossincrasias culturais absorvidas no urbano, tanto do ponto de vista espacial como cultural. Em Minas Gerais, tal produção indígena e de seus diversos espaços ainda fica mais patente e específica a cada etnia, tornando-se necessários estudos caso a caso. Trabalhos de origem pública foram produzidos, como o de Izabela Mattos intitulado "Povos Indígenas de Minas Gerais", produzido pela Assembleia Legislativa do estado, mas há ainda muito a fazer, especialmente levando em consideração a constante transformação dos próprios índios em seus modos de viver, tendo em vista a realidade contemporânea urbana⁷. Há etnias com histórias que passam pela posse legal da terra desde o século XVIII, como os Xacriabás, no norte do estado, até etnias como os Pataxó Muã-Mimatxi, que tem pouco menos de 10 anos de existência, inclusive com posse de terra e área demarcada. Há etnias sobreviventes apesar dos inúmeros massacres promovidos por fazendeiros e latifundiários e pelas condições críticas naturais do território onde hoje se encontram, como o caso dos Maxacali, moradores do Vale do Mucuri, no nordeste mineiro, assim como outras que somente sobreviveram porque abriram mão de sua relação com a terra para fundar novos assentamentos em áreas precárias, mas sem perigo à vida devido a "fuga" dos conflitos latifundiários.

O Estado de Minas Gerais abriga hoje doze etnias indígenas de acordo com a FUNAI, com uma população total de 8600 pessoas, distribuídas em 22 municípios, em Terras Indígenas (TIs) homologadas ou mesmo em áreas ainda em processo de demarcação territorial. Além das dificuldades e conflitos enfrentados nos processos de delimitação dessas terras, a

⁷ Muitas aldeias estão sendo, na atualidade, impactadas pelo fenômeno de extensão do tecido urbano. Tal fato, se por um lado é capaz de carregar consigo o germe da prática política e da cidadania - anteriormente exclusivo aos grandes centros -, também é indutor de transformações no cotidiano que subjugam os saberes tradicionais à lógica hegemônica. Para uma discussão sobre a extensão do tecido urbano, ver MONTE-MÓR, 2014.

condição de vulnerabilidade revelada na precariedade de muitos dos assentamentos desses grupos é um desafio que precisa ser enfrentado.

A universidade pública brasileira tem se deparado com tal precariedade da vida indígena e tentado agir, aproximando-se desses outros saberes de forma a se deixar contaminar e, ao mesmo tempo, incisivamente procurando ajudar numa melhoria da qualidade de vida destes povos, no todo então diversificando ou expandindo as epistemologias do saber contidas e disseminadas pela academia (SANTOS, 2005). Exemplos disso estão em diversas ações, desde programas específicos, como ocorrem na Universidade Federal de Minas Gerais com a criação e sucesso do FIEI (Formação Intercultural de Educadores Indígenas) e o curso de Formação Transversal de Saberes Tradicionais, até o reconhecimento oficial do conhecimento indígena não apenas em seus espaços mas também de sua influência na produção do conhecimento acadêmico, como na outorga a Aílton Krenak do título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em 19 de fevereiro de 2016.

Dado tal quadro, foi criado em 2014 o Programa de Extensão Morar na Minas Indígena da Escola de Arquitetura da UFMG com o objetivo promover Projetos de Extensão, em parcerias com grupos não governamentais, comunidades locais ou o próprio Estado, para pensar o espaço indígena e sua especificidade a partir de suas próprias narrativas, com o intuito de gerar e aplicar tecnologia social e metodologias de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para a gestão territorial, construção de espaços coletivos e de habitação da população indígena de Minas, dentro dos princípios de sustentabilidade social e ambiental, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses grupos e para a diferenciação cultural do devir indígena. O programa cada vez mais se justifica pela falta de uma sistematização do conhecimento sobre o espaço indígena numa perspectiva da Arquitetura e do Urbanismo no estado de Minas Gerais especificamente, onde os territórios e seus habitantes carecem de visibilidade política.

Até meados de 2015, as ações do Programa foram centralizadas unicamente junto ao projeto Morar na Minas Indígena, de autoria da engenheira Adélia Aparecida de Resende Maia, sediado na COHAB/MG (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais). Esse projeto buscava desenvolver um modelo de habitação indígena, com conceitos de sustentabilidade ambiental e adequação cultural, através de um projeto piloto para aldeia da Reserva Xakriabá, no norte de Minas Gerais. Embora com pouca participação na concepção desse projeto, a equipe da UFMG vinha desenvolvendo uma metodologia de abordagem mais colaborativa

para a próxima etnia a ser atendida, partindo das limitações e sucessos da experiência citada: a etnia Pataxó Muã-Mimatxí, situada no município de Itapecerica. Entretanto, o desenvolvimento de tais estratégias de colaboração projetuais foram interrompidas pela COHAB/MG.

Assim, ao longo do segundo semestre de 2015 o Programa Morar Indígena iniciou a busca por novos parceiros e pela ampliação de seu espectro disciplinar, através da aproximação com os grupos da UFMG citados anteriormente, bem como pela abertura de novas frentes de trabalho.

Metodologia

Considerando o que foi posto acima, o Programa criou uma metodologia endógena de trabalho. Procurou criar redes de trabalho junto ao contexto próximo e já institucionalizado dentro ou a partir da UFMG. Fazem parte dessas redes, em especial: (1) a produtora Filmes de Quintal - responsável por um dos principais festivais de cinema etnográfico mundial; (2) o FORUMDOC - sediado em Belo Horizonte e que conta com a participação de professores da FAFICH/UFMG, o que permite criar condições para que o programa se torne parceiro na exposição, divulgação e criação de eventos voltados para a discussão das narrativas do espaço indígena; (3) a Formação Transversal de Saberes - coordenada pelo professor César Guimarães da FAFICH/UFMG, a partir da qual busca-se auxílio na formação de parcerias para a formulação de disciplinas que possam ser criadas e exercidas dentro de território indígena como forma de catalisar e aumentar o trânsito de conhecimento relativo à produção do espaço entre comunidade indígena e acadêmica; (4) a inserção dentro do conjunto de ações de extensão da UFMG focados no território da etnia Maxacali, no Vale do Mucuri, chamado de Observatório Maxacali, iniciado pela, hoje, professora da Universidade Federal do Sul da Bahia, Rosângela Pereira de Tugny, e que congrega pesquisadores e extensionistas das Faculdades de Educação, Medicina, Comunicação e Arquitetura e Urbanismo, conduzindo a uma reversão da relação pesquisa-extensão, no qual a pesquisa amplia o campo de abertura de possibilidades extensionistas ao invés do contrário. Assim, o programa Morar Indígena alcança identidade não pela sua especificidade, mas na tentativa de dar suporte a possibilidades de expansão pela universidade de saberes construídos juntos ou a partir da

comunidade indígena, pela sua qualidade suplementar, ampliando condições de trabalho que não haviam sido pensadas.

Tendo em vista tal nova disposição, a escolha por iniciar o trabalho não com uma etnia, mas várias, não se torna estranho, assim como não trabalhar apenas com a dimensão projetual, mas multi facetada relacionada ao conhecimento espacial.

Assim, reorganizado, o programa construiu sua metodologia endógena em duas vertentes associadas e complementares: uma teórica e outra empírica.

O encontro das duas vertentes faz reconhecer pontos de controvérsia entre o universo da concepção e das apropriações do espaço, podendo daí traçar outras possibilidades para ações compartilhadas de intervenção, construção e gestão espacial junto a etnias indígenas situadas no Estado de Minas Gerais, seja por meio de políticas públicas ou ações de extensão e assessoria técnica.

A vertente teórica inclui:

- pesquisa bibliográfica no que tange ao conhecimento já estabelecido sobre os ameríndios, seus espaços, suas artesanias, sua relação com as cidades existentes em campos de conhecimento próximos ou internos às ciências sociais;
- pesquisa de documentos a respeito das aldeias existentes em Minas Gerais, junto ao FIEI (Programa de Formação Intercultural de Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da UFMG) e a partir de uma perspectiva dos próprios indígenas, e não apenas do Estado brasileiro e seus órgãos responsáveis. Nesse caso, a pesquisa sobre a relação entre os índios e a ditadura brasileira em termos de espaço se dará a partir de uma parceria com o FIEI, que vem construindo pela narrativa oral de seus alunos tal história esquecida;
- pesquisa em órgãos e entidades, a fim de saber o contexto institucional da questão indígena em termos federativos, estaduais, municipais e étnicos;
- levantamento e análise de registros audiovisuais como filmes, fotografias e vídeos;
- levantamento de bases cartográficas, digitais ou não, da região dos três territórios indígenas a serem analisados.

O material bibliográfico, documental e audiovisual levantado está sendo apresentado e discutido em seminários internos ao grupo de pesquisadores e extensionistas que participam tanto da pesquisa quanto dos projetos de extensão.

Já a vertente empírica se baseia em visitas técnicas ao território indígena, que são constituídas de:

- registro (em vídeo, fotografia e desenhos) da paisagem, das aldeias, das construções e objetos em sua apropriação;
- coleta de dados via pesquisa qualitativa – através de entrevistas estruturais, observação participante e métodos etnográficos;
- workshop para mapeamento coletivo do espaço das aldeias;
- levantamento de dados e entrevistas junto aos órgãos governamentais dos municípios onde se localizam as terras indígenas;

Tais visitas aos territórios indígenas não têm apenas a função de cumprir o papel de coleta de dados, mas principalmente, devem contribuir para estabelecer vínculos e criar condições para uma produção de conhecimentos sobre o espaços indígena de maneira colaborativa.

Resultados e discussão

Dadas tais limitações, mudanças e redimensionamentos estruturais, hoje o programa se encontra estruturado em três projetos. O primeiro é o Artesanias Indígenas, cujo objetivo é produzir tecnologia social a partir do encontro dos saberes tradicionais e táticos dos indígenas, com o conhecimento técnico da arquitetura, da engenharia e da arte, para a sua replicação na produção autônoma dos espaços coletivos e habitacionais de aldeias indígenas. Essa tecnologia deve ser ambientalmente e culturalmente adequada para cada etnia e deve considerar sistemas de autoconstrução e autogestão. O segundo é o projeto Assessoria Técnica e Arquitetura Indígena, que consiste em investigar criticamente as políticas habitacionais atuais e metodologias de projeto participativas aplicadas à questão indígena, levantando os potenciais e destacando os aspectos conflituosos de forma a desenvolver estratégias metodológicas para os projetos de assistência técnica em arquitetura e urbanismo para aldeias indígenas de Minas Gerais. E o terceiro é o projeto Narrativas Espaciais Indígenas que busca investigar, produzir narrativas, registros e cartografias e criar contextos de discussão públicos sobre o habitar, o território e a paisagem indígenas e as imagens que destes são construídas no cinema, na oralidade, e na fotografia entre outros meios audiovisuais do ponto de vista do espaço e sua produção, relacionando aspectos das ocorrências construtivas e organização territorial com questões políticas, sociológicas,

etnológicas, ambientais e simbólicas, com o intuito de discutir a especificidade do espaço indígena e suas correlações com a contemporaneidade.

Como resultados, as frentes de trabalho criadas estão em desenvolvimento, levantando consequentemente uma série de questões:

Quanto ao projeto Artesanias Indígenas, este atualmente se encontra em processo de mapeamento do espaço, cosmológico e geográfico Maxacali, no Vale do Mucuri, levantando e produzindo a partir de uma busca bibliográfica e digital, assim como com conversas com os habitantes e grupos de pesquisa e extensão que já atuaram na região, uma cartografia do território, tanto a partir de questões geográficas naturais e urbanas, assim como políticas, tendo em vista e foco, a Aldeia Verde (município de Ladainha-MG), uma das localidades da etnia, com problemas recorrentes e radicais relacionados a água - tanto pela qualidade, falta e origem.

No que diz respeito a água, é sabido que a principal questão territorial envolvendo os índios dizem respeito a terra e a promulgação da posse da mesma pelo governo federal. Enquanto tal legalidade não é resolvida e o direito de posse não lhes é dado de forma aos mesmos poderem receber do governo federal todos os direitos relativos a uma urbanização específica da área envolvendo tratamento sanitário, energia, acessibilidade, alimentação, educação pós ensino fundamental entre outros, lhes falta todas as condições de sobrevivência territorial. Assim, mesmo sequestrando e obrigando funcionários públicos a beberem a água que eles bebem⁸ como feito há cinco meses, a situação é tornada insustentável pelas próprias políticas federais da questão indígena. Desta forma e levando em conta que o ministério público atualmente é o responsável pela chegada de água e saneamento básico ao espaço da etnia, o projeto se vê como produtor de um dossiê cujo objetivo seria o empoderamento técnico indígena para discutir legalmente sobre a situação crítica das águas.

Já o projeto Assessoria Técnica e Arquitetura Indígena vem pesquisando e procurando produzir uma cartografia que situe as políticas públicas voltadas aos índios e que tem como recorte o espaço. Indo desde políticas públicas mais específicas e numa escala urbana a esta população como o PNGATI (Plano Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas) até a mais generalistas e mais domésticas como o PMCMVR (Programa Minha Casa Minha Vida Rural) busca-se compreender o estado da arte atual.

Ao mesmo tempo, é objetivo auxiliar na formação de parceiras para a formulação de disciplinas que possam ser criadas e exercidas dentro de território indígena como forma de

⁸ Cf. <http://noticias.r7.com/minas-gerais/mg-record/videos/indios-mantem-refens-no-vale-do-mucuri-06102015>

catalisar e aumentar o trânsito de conhecimento relativo a produção do espaço entre comunidade indígena e acadêmica, num modelo inicialmente similar ao que ocorre na UFBA - Universidade Federal da Bahia - dentro do programa de Residência em Arquitetura dentro do curso de Mestrado Profissionalizante. Uma primeira ação nesta direção já ocorreu durante o 2o semestre de 2015, no formato de uma disciplina dentro do semestre letivo formal, partindo do programa Formação Transversal de Saberes Tradicionais da própria UFMG, o professor Adriano Mattos Corrêa (EAD/UFMG) com os professores João Critelli (EBA/UFMG) e Renata Moreira Marquez (EAD/UFMG) realizaram, junto aos mestres construtores tradicionais Xakriabás e as artistas pintoras de casas Xakriabás, Libertina e Lourdes, a disciplina Arquitetura Xakriabá, ofertada para alunos de diversas graduações como formação livre. Nesta foi construída à maneira tradicional da etnia uma casa típica, em que o processo de construção começou com a procura e retirada dos materiais no próprio campus da universidade e prosseguiu com a participação braçal dos estudantes, em contato intenso com a técnica e com o fazer dos mestres.

Importante assinalar que o programa Morar Indígena compreende - mediante a experiência anterior junto a COHAB/MG e esta - criada dentro de pesquisas internas do projeto e auxílio em disciplinas, que os limites das políticas habitacionais indígenas é justamente a falta de empoderamento das próprias populações alvo dos projetos. Mais do que limitar ou condicionar de forma muito incisiva as formas de habitar como faz o PMCMVR, o que se necessita é dar poder de decisão subsidiados por um diálogo técnico do arquiteto e urbanista. Desta forma, a suspensão do projeto junto a COHAB/MG, ainda que tenha limitado o próprio escopo de impacto do programa, significou uma melhor compreensão do papel do próprio programa junto às realidades espaciais indígenas.

O projeto Narrativas do Espaço Indígena, com o objetivo de divulgar e ampliar os interlocutores da pesquisa, suprir a necessidade de compreender o indígena e seu espaço em sua perspectiva idiossincrática e compensar a não vivência regular em território indígenas de modo a saber suas peculiaridades, recorreu a criação de sessões públicas de exibição e discussão de filmes produzidos no contexto do programa governamental Vídeo nas Aldeias, na própria Escola de Arquitetura da UFMG, com a participação de debatedores convidados. Com tal evento, criou-se um espaço de discussão a respeito do território indígena a partir de suas práticas cotidianas envolvendo alunos.

Uma das primeiras impressões que se pode tirar de tais sessões é o modo de produção de esteriótipos recorrentes que se faz do espaço indígena e como tal processo se desfaz na exibição de filmes destes espaços a partir de um cineasta indígena. Sublinha-se tal acontecimento, que inclusive é esperado, porque muito do que se sabe sobre a arquitetura e planejamento e gestão territoriais indígenas são normalmente através de livros didáticos muito informativos sobre tipologias e estrutura de ocas e outros tipos de habitações, mas que pouco revelam sobre a relação casa, espaço cotidiano e etnia que, por sua vez, significa compreensão de programa arquitetônico⁹. Pouco se sabe ou nada se discute sobre a relação cosmológica animais, espíritos e índio, por exemplo.

Ao mesmo tempo, com tais sessões livres, uma parceria com a produtora *Noctua - Ideias e Conteúdos*¹⁰ se iniciou. Com as sessões livres e a possibilidade de se organizar eventos e mostras cinematográficas que tem como recorte o espaço indígena, suas cosmologias e conflitos com o que está em volta, o início dessa parceria aponta para uma relação cada vez mais profícua entre universidade e comunidade, pilar de qualquer projeto de extensão.

Considerações finais

Tendo em vista as questões colocadas acima, o programa ainda tem muito a trilhar, tanto em termos de financiamento e parcerias e também no quesito ações práticas de extensão ansiadas pelo grupo, além da própria produção de documentos úteis a serem disponibilizados aos indígenas e à Universidade para complementação e/ou crítica de dados oferecidos por órgãos oficiais. Ao mesmo tempo que a própria universidade está cada vez mais ciente de tal fato a ponto de, dentro de suas limitações, promover e incentivar a criação de institucionalidades específicas para o trato das questões indígenas, tal ação ainda está em seu início.

A existência de uma abertura da Universidade a outros saberes, ainda que de forma difusa e tímida - haja visto a criação do grupo de extensão na Escola de Arquitetura e outras atividades como as citadas anteriormente - é um sinal de avanço no tratamento de questões outrora relegadas ao esquecimento ou falta de prioridade e aponta novos rumos de interação academia/sociedade. Entretanto, ainda que tratado como atividades extensionistas ou de pesquisa, há espaço para que estes outros saberes penetrem e adentrem o cotidiano

⁹ Ver, por exemplo, LENGEN, 2013.

¹⁰ <http://noctua.art.br>



institucionalizado da universidade formado na sala de aula, na atividade de ensino mais especificamente,

No que tange em especial ao programa de extensão Morar Indígena, apesar de sinais positivos, existe a dificuldade de visitas às aldeias causadas pelas grandes distâncias geográficas a serem percorridas e devido aos atuais cortes de verbas federais para custeio de projetos, além do problema notório relacionado a necessidade de conciliar períodos letivos às viagens a campo - que podem se estender por dias consecutivos incluindo o deslocamento. Além disso, há o período inicial de construção de um relacionamento baseado em encontros periódicos e sistemáticos que demanda apoio de vários setores internos e externos à comunidade acadêmica.

E há de se colocar a dificuldade de contato com os próprios indígenas. Muitas vezes objetos de políticas e projetos que teoricamente os beneficiariam, tais ações sempre acabam sendo relegadas ao esquecimento por uma falta de construção de uma parceira cujo interesse venha também do lado das etnias indígenas. Isso significa uma resistência por parte deles em confiar e iniciar processos de trabalho conjuntos devido a uma longa história de ações iniciadas mas não completadas e outras, muitas vezes, maldosamente usando-os como ativo ou tratando-os como objetos inanimados de pesquisa, a serem observados a distância. Sendo assim, há de se ter em mente que o trabalho demanda um tempo diferenciado envolvendo negociação e construção cuidadosa de uma relação de confiança, o que é totalmente compreensível.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de. Desocidentalizar-se: aberturas e caminhos para o outro (entrevista com Maria Inês de Almeida). **Revista Em Tese**. Belo Horizonte, FALÉ/UFMG. V.19, n.03, set-dez 2013. p.178-180.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2005..

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza. Como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LENGEN, Johan Van . **Arquitetura dos Índios da Amazônia**. B4 Editores, 2013.



LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MATTOS, Izabel Missagia de; *et al.* **Povos Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2000.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. **Urbanização Extensiva e Lógicas de Urbanização**. Fonte: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper34.pdf>, Acessado em: 13 de abril de 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de, FREIRE, Paulo Augusto de Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula, NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: A diversidade epistemológica do mundo IN: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.21-121.

SZTUTMAN, Renato (org.). **Encontros. Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.

v.v.a.a. **Povos Indígenas e a Lei dos Brancos: o direito a diferença**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

VERRAN, Helen. Re-imagining land ownership in Austrália. **Postcolonial Studies**, vol 1, n 2. Austrália: 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté: O Povo do Ipixuna**. Lisboa: Assírio Alvim, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. **Sopro** 51: 2011. Disponível em: culturaebarbarie.org/sopro/outros/suficiencia.html. Acessado em: 06 nov. 2015.